

RETROSPECTIVA 2017

JANEIRO/FEVEREIRO

Sindicato abre negociações com prefeito João Dória em busca de soluções para toda categoria

Um primeiro encontro promissor. Em pauta, a incessante luta por melhores condições de trabalho para toda a categoria, o combate à concorrência predatória e desleal, além de ações estratégicas que envolvam o incentivo ao uso de táxi na capital paulista e resgatem a dignidade do motorista legalizado. A ocasião serviu para que fosse entregue uma extensa pauta de reivindicações ao prefeito.

Dória também recebeu um dossiê com matérias atualizadas contendo as principais denúncias que cercam a Uber e seus similares quanto a precarização e o sucateamento de seu serviço.



Regulamentação de aplicativos

Os meses de novembro e dezembro foram marcados por comitativas de lideranças e representantes da categoria que se deslocaram até Brasília para conversar pessoalmente com deputados, entrega de dossiês e tentar convencê-los sobre a importância do PL5587, que enquadra os aplicativos de transporte privado de passageiros em território nacional.

FEVEREIRO/MARÇO

Com grande expectativa, Sindicato prepara lançamento do aplicativo da categoria para março

Um aplicativo exclusivo da categoria e que contará apenas com motoristas credenciados, regulamentados e legalizados. Uma ferramenta que servirá, antes de tudo, ao profissional taxista, sem exploração de taxas e sem imposições em decisões polêmicas. Uma plataforma que reúne o que há de mais moderno e tecnológico no mercado. Os custos operacionais são os menores do mercado justamente porque todo o dinheiro será revertido somente para manutenção e melhorias da plataforma, além de investimentos em marketing e na captação e fidelização de passageiros.

Comissão Especial no Congresso



O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, sinalizou para depois do carnaval a formação da comissão especial que discutirá a proposta que regulamenta e enquadra aplicativos de transporte privativo de passageiros em todo país. O colegiado começará a funcionar na primeira semana de março e no final do mês irá apresentar relatório de estudos para o projeto seguir para votação.

MARÇO/ABRIL

Congresso definirá sobre votação de urgência do projeto que enquadra aplicativos no país em abril

Finalmente uma notícia que era aguardada ansiosamente há meses pela categoria. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, firmou compromisso no plenário da Casa e disse que colocará em pauta no dia 4 de abril a urgência para a proposta que trata das regras para o funcionamento dos aplicativos de transporte individual privado.



Para ser aprovado, o requerimento precisará dos votos favoráveis de 257 deputados. Caso seja aprovado, o projeto segue para votação em plenário sem precisar passar pelas comissões. O projeto 5587/2016 busca a correção nas falhas da legislação que permitem o crescimento dos transportes clandestinos por meios tecnológicos, especialmente o Uber.

Outorgas do Táxi Preto

Após reivindicações do Sindicato de que os cerca de 4 mil taxistas da categoria táxi preto não tem condições de continuar pagando a parcela com os valores atuais, a Prefeitura decidiu suspender por 60 dias a cobrança da outorga onerosa para os que estão inadimplentes. A gestão também criou um grupo de trabalho para propor mudanças no projeto e equacionar de maneira sustentável o modelo de negócios desta nova modalidade.

ABRIL/MAIO

Após passar por aprovação na Câmara, PL que enquadra aplicativos segue para debate no Senado

Definitivamente, um dia histórico. A Câmara dos Deputados aprovou no dia 4, o projeto de lei que regulamenta e limita a atuação de aplicativos como Uber, Cabify e 99. O texto ainda precisa ser aprovado pelo Senado e ir à sanção presidencial para entrar em vigor. De acordo com o novo texto, caberá aos municípios fazer ou não a regulamentação dos serviços.



Lideranças de entidades representativas de todo o país e de taxistas marcaram presença e fizeram corpo a corpo junto aos deputados. O presidente Natalício Bezerra também esteve presente, conversou com diversos parlamentares e presenciou a votação de dentro do plenário.

Reunião com o Prefeito - Uma matéria mal detalhada na imprensa deu início a uma série de questionamentos de taxistas acerca do posicionamento da Prefeitura que supostamente teria beneficiado os aplicativos, em detrimento do setor legalizado. Diante do grande mal-estar gerado com a notícia, lideranças da categoria se reuniram com o secretário de Transportes e prefeito para cobrar um posicionamento oficial sobre



a polêmica, além de reiterar sobre a necessidade urgente de se impor uma nova regulamentação sobre aplicativos de transporte na cidade.

MAIO/JUNHO

Sindicato lança aplicativo de corridas no mercado e já disponibiliza versão para passageiros

O mês de maio marcou mais uma etapa importante para a consolidação do projeto com o lançamento oficial do aplicativo da categoria que, a partir deste mês, já está disponível ao público para download nas lojas on-line. A cerimônia de apresentação da plataforma ao público e à imprensa foi realizada no começo do mês, na sede da própria entidade.

O aplicativo exclusivo da categoria contará apenas com motoristas credenciados, regulamentados e legalizados. Uma ferramenta que servirá, antes de tudo, ao profissional taxista.



Prefeitura apresenta novo esboço de regulação para aplicativos em audiência na Câmara

Os carros da Uber e de outros aplicativos de transporte individual serão obrigados a ter identidade visual, cadastros emitidos pelo poder público, veículos com no máximo cinco anos, comprovação de seguro e pagar à Prefeitura pelo uso das ruas e avenidas de São Paulo, de acordo com secretário de Transportes, Sérgio Avelleda. Os motoristas também terão que comprovar que conhecem a capital, fazer treinamento de direção defensiva, e provar que a manutenção dos veículos está em dia.



Essas foram algumas das novidades apresentadas no último dia 19, na Câmara dos Vereadores, durante a Audiência Pública da Comissão de Trânsito e Transportes.

JUNHO/JULHO

Prefeitura promete publicar decreto para enquadrar aplicativos nos próximos dias

A categoria aguarda com atenção pela minuta final do decreto municipal, já que enxerga na iniciativa a possibilidade de retirar grande parte do excedente de carros particulares das ruas de São Paulo. Um atraso de um mês, em razão de uma

série de fatores como, por exemplo, a licitação do transporte coletivo, gerou ainda mais apreensão entre os taxistas.



No entanto, já se sabe que os carros da Uber e de outros aplicativos de transporte individual serão obrigados a ter identidade visual, cadastros emitidos pelo poder público, veículos com no máximo cinco anos, comprovação de seguro e pagar à Prefeitura pelo uso das ruas e avenidas.

Com grandes expectativas, aplicativo da categoria começa a operar no mercado

O mês de junho marcou mais uma etapa importante para a consolidação do projeto com o lançamento oficial do aplicativo da categoria que, a partir deste mês, já está disponível ao público para download nas lojas on-line. A cerimônia de apresentação da plataforma ao público e à imprensa foi realizada em maio, na sede da própria entidade.

JULHO/AGOSTO

Prefeitura publica novas regras para empresas e motoristas de aplicativos

Entre as medidas publicadas estão a obrigatoriedade de emplacamento dos carros na cidade de São Paulo, a realização de cursos e obtenção de certificados por parte dos motoristas, a identificação visual do carro como parceiro de algum dos aplicativos, tempo máximo de carros limitados a cinco anos de fabricação e a inspeção veicular anual. A gestão João Dória oficializou no dia 12 deste mês as novas regras para viagens de carro realizadas a partir de aplicativos de celular como Uber, Cabify e 99. As mudanças devem alterar profundamente a rotina de motoristas e passageiros desses serviços na cidade.



Parcelamento do Táxi Preto - DTP publicou portaria que define os procedimentos para o novo parcelamento da outorga

onerosa. Os taxistas da categoria que pagaram pelo menos a primeira parcela da outorga poderão optar por realizar o novo parcelamento. No momento da adesão, podem ser realizadas diversas simulações para a escolha do número de parcelas, limitado ao no máximo de 180 prestações. Para os cálculos, as parcelas já vencidas serão atualizadas pelo IPCA, além de juros de 1% ao mês. O montante será somado ao saldo devedor para o novo parcelamento.

AGOSTO/SETEMBRO

Sindicato dá início à campanha de divulgação do aplicativo da categoria

Agosto marcou mais uma etapa importante para a consolidação do projeto com o lançamento oficial do aplicativo da categoria que, desde o mês passado, já está disponível ao público para download nas lojas on-line. Um aplicativo que une as principais demandas para o motorista e facilita o dia-dia do profissional taxista. E o principal, um aplicativo que será conduzido de maneira transparente sempre com base nos interesses da categoria, com decisões estratégicas tomadas através de assembleias para que a vontade da maioria prevaleça. E que reunirá uma série de benefícios institucionais ao motorista associado como parcerias de marketing e culturais, descontos em serviços, campanhas de fortalecimento institucional, dentre outros.



Revés na Europa

A empresa americana sofreu neste mês um novo revés na Europa, onde um conselho de um tribunal da União Europeia disse que o aplicativo deve seguir as mesmas leis dos serviços de táxi, com regras trabalhistas e de segurança mais restritas. Os juízes tomarão uma decisão final ainda em 2017.



SETEMBRO/OUTUBRO

Projeto de lei avança no Senado e categoria prepara outra marcha nacional até Brasília em outubro

Um mês intenso de negociações no Senado Federal em defesa da categoria. Lideranças de vários estados deram andamento ao trabalho de abordagem e explicações junto aos senadores sobre a importância e a urgência da aprovação do PLC 28/2017. Entre os dias 25 e 28, uma semana após a realização da audiência pública conjunta entre as comissões permanentes da casa para debater o projeto, o trabalho foi ainda mais intenso. Havia até a possibilidade de votação do

requerimento de urgência para que o projeto fosse colocado para discussão em plenário o quanto antes possível, em razão da gravidade do tema.

**MOBILIZAÇÃO NACIONAL DA
CATEGORIA EM BRASÍLIA**

DATAS: 17, 18 e 19 de outubro de 2017.

PAUTA: Pressionar senadores para colocar em votação o PLC 28/2017, na íntegra, sem alterações.

OBJETIVO: Impedir a concorrência predatória e garantir direitos e a sobrevivência profissional para mais de meio milhão de trabalhadores legalizados.

Uber banido em Londres

A empresa americana perdeu sua licença para operar em Londres por não apresentar medidas de segurança suficientes, anunciou o órgão regulador do transporte da capital britânica, Transport for London (TfL). O TfL decidiu não renovar a licença da empresa de transporte, que expira no fim de setembro, ao concluir que ela "não reúne os requisitos" necessários para operar na cidade, por causa de questões de segurança.

OUTUBRO/NOVEMBRO

Senado aprova PLC 28, mas emendas fazem texto retornar à Câmara Federal

Após meses de intensas negociações na Câmara e no Senado Federal em defesa da categoria, o texto-base do PLC 28/2017, que regulamenta o transporte remunerado privado de passageiros, foi encaminhado à votação no Plenário do Senado no último dia 31 de outubro e, por 46 votos favoráveis, 10 contrários e uma abstenção, o projeto foi aprovado. No entanto, o projeto recebeu três emendas que descaracterizaram o texto original e desagradaram a categoria, que batalhava pela aprovação na íntegra.

As alterações foram definidas em reunião de líderes na tarde da votação. Em Plenário, o projeto foi relatado pelo senador Eduardo Lopes (PRB-RJ), que acatou 3 das 20 emendas apresentadas (posteriormente aprovadas) e em isso, o texto terá de voltar para análise dos deputados, que por sua vez, poderão novamente alterar o projeto para a versão original, tão reivindicada pela categoria. E irá para a sanção do presidente Temer somente após a nova análise da Casa.



Motorista que atingir 20 pontos em multas ficará seis meses sem CNH

O motorista que atingir o limite de 20 pontos em multas de trânsito perderá a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) agora pelo prazo de seis meses. A regra está valendo desde o dia 1.º de novembro. Antes, o limite mínimo era de apenas um mês. O tempo máximo continua de 12 meses. A mudança de prazos havia sido estabelecida em uma lei federal aprovada em novembro do ano passado. Se o motorista é reincidente, o limite mínimo de punição passou para oito meses - até agora, era de seis meses.